

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA**

**REBECA ELIZIÁRIA SILVA**

**MEMORIAL REFLEXIVO**

**“Minha educação escolar: críticas , reflexões e sua correlação com a Análise e estudos do impacto dos programas federais que promovem a transferência de recursos para os municípios, especificamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Transporte Escolar e Programa Dinheiro Direto na Escola”**

**UBERLÂNDIA/MG**

**08/11/2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA  
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA**

**REBECA ELIZIÁRIA SILVA**

**MEMORIAL REFLEXIVO**

**“Minha educação escolar: Críticas, reflexões e sua correlação com a Análise e estudos do impacto dos programas federais que promovem a transferência de recursos para os municípios, especificamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Transporte Escolar e Programa Dinheiro Direto na Escola”**

Relatório apresentado como requisito parcial de avaliação em Monografia I do curso de Pedagogia, modalidade a Distância da Universidade Federal de Uberlândia.  
Polo: Votuporanga/SP

---

Prof. Dr. Paulo Celso Costa Gonçalves

**UBERLÂNDIA/MG**

**08/11/2021**

## **MEMORIAL REFLEXIVO**

**“Minha educação escolar: críticas, reflexões e sua correlação com a Análise e estudos do impacto dos programas federais que promovem a transferência de recursos para os municípios, especificamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Transporte Escolar e Programa Dinheiro Direto na Escola”**

**Por**

**REBECA ELIZIÁRIA SILVA**

Relatório final, apresentado como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel no curso de Pedagogia, modalidade à Distância da Universidade Federal de Uberlândia /MG  
Polo: Votuporanga/SP.

Votuporanga, 08 de novembro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Paulo Celso Costa Gonçalves (Orientador)

Universidade Federal de Uberlândia /MG

## SUMÁRIO

### **1. Introdução**

### **2- O Ensino Foi Fundamental?.....5**

2.1 Primeira Etapa Do Ensino Fundamental.....6

2.2 Segunda Etapa Do Ensino Fundamental.....9

### **3- Ensino Médio: Preparação para quê?.....12**

### **4 - A formação acadêmica torna o estudante crítico e reflexivo ou o que interessa nessa jornada é um diploma?.....16**

### **5- Minha Trajetória E Sua Correlação Com A Análise E Estudos Do Impacto Dos Programas Federais Que Promovem A Transferência De Recursos Para Os Municípios, Especificamente O Programa Nacional De Alimentação Escolar, O Programa Nacional De Transporte Escolar E Programa Dinheiro Direto Na Escola.....18**

5.1- Recursos Financeiros Para A Educação.....19

5.2- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....20

5.3- O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE).....21

5.4 - Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).....22

5.5- - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....23

### **6- Referências.....26**

## **1 – INTRODUÇÃO**

Este memorial de formação cujo título é “Minha educação escolar: críticas e reflexões e sua correlação com a Análise e estudos do impacto dos programas federais que promovem a transferência de recursos para os municípios, especificamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Transporte Escolar e Programa Dinheiro Direto na Escola”, constitui-se em requisito para o meu trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e é fruto de minhas memórias de vida e de minha trajetória escolar. Aqui vou falar dos anos iniciais do ensino fundamental, antigo primário, que corresponde hoje ao período da 1ª a 5ª série, destacando o papel da escola, dos professores e da minha família, durante essa etapa do meu processo de escolarização. Sequenciando a narrativa, falarei do ingresso no Ginásio (5ª a 8ª séries), formando assim o Primeiro Grau, hoje ensino fundamental. Em seguida, será a vez de falar sobre o ensino médio. Qual o significado e importância desse ensino para a minha vida? Para que realmente serviu? Foi o mesmo suficiente para proporcionar meu ingresso no mercado de trabalho? Qual a correlação de minha trajetória com a Análise e estudos do impacto dos programas federais que promovem a transferência de recursos para os municípios, especificamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Transporte Escolar e Programa Dinheiro Direto na Escola. São estas questões que norteiam minhas reflexões. Depois do ensino médio vem o ingresso na UFU/MG, no curso de Administração Pública, em conjunto com minha convalidação do Bacharel em Teologia pela Unifil/PR e em seguida minha Formação no curso de Pedagogia novamente na UFU/MG em concomitância com a Pós-Graduação em Direito Constitucional Aplicado na Faculdade Legale /SP. Ao falar da minha formação nesse espaço-tempo, irei refletir sobre a relação professor-aluno, os processos de minha formação nos cursos acima, o que se oferece para quem ingressa nessas áreas do conhecimento, envolvendo os conteúdos, a avaliação da aprendizagem, as notas, enfim, aspectos que me inquietaram durante esses anos. Na última parte, faço as considerações finais e ressalto a experiência de escrever um trabalho de conclusão de curso, elaborado a partir das minhas indagações, dúvidas e inquietações sobre os cursos mencionados e o seu papel formativo na minha vida.

## **2 - O ENSINO FOI FUNDAMENTAL?**

## **2.1 PRIMEIRA ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Falar sobre minha trajetória escolar pode parecer simples, visto que posso descrever os principais fatos sobre os anos de como se deu meu ensino, minha instrução, minha aprendizagem, minha formação como um todo no ambiente escolar, embora essa formação, no seu sentido mais amplo, não se limite apenas ao meio escolar. Em todo caso, a escola foi também parte integrante da minha construção e formação do meu caráter/personalidade enquanto um ser biológico e social. Diante disso, quero destacar também o ambiente familiar. Ora, é no ambiente familiar (em casa) onde começa o processo educacional. É com a família que aprendemos as primeiras lições de como comportar-se e respeitar pai e mãe, irmão/irmãs, tios/tias, avôs/avós, nossos vizinhos etc., ou seja, o espaço familiar não é apenas o local onde mora uma família, é, antes de mais nada, um espaço onde os valores culturais que formaram e formam a sociedade são transmitidos e praticados. Levando-se em consideração que a sociedade e a escola são partes indissociáveis, é imprescindível compreender que a educação escolar não é algo fora ou separada da sociedade, mas sim, é parte integrante de um mesmo processo. Por isso, escrever este TCC é uma atividade de compreensão/reflexão e reinterpretação não só da minha educação/trajetória escolar, mas da minha própria vida, que está inserida em um processo educacional mais amplo e deságua na graduação em Pedagogia pela UFU. Minha educação formal iniciou-se no ano de 1989, na Escola Municipal Laura Vieira de Souza , na cidade de Tangará da Serra/MT. Nessa escola, iniciei o ensino fundamental, na época chamado de Primário (1ª a 4ª séries). Os anos iniciais dessa etapa de ensino são considerados como uma fase da educação formal bastante significativa na vida de qualquer pessoa, pois tal ensino busca formalizar e aprimorar o processo educacional informal vivido no ambiente familiar. Essa fase, portanto, marca/direciona a vida do aluno durante o seu percurso formativo, uma vez que o educando, nesse momento, entra em contato com as primeiras letras e processo de alfabetização, ou seja, aprende se a ler e escrever, que é uma das grandes aprendizagens para todo ser humano. Se esse processo for bem conduzido/direcionado pelo professor e havendo a participação dos pais na vida escolar dos filhos, acompanhando-os de forma participativa no desenvolvimento/desempenho escolar, o aluno só tem a ganhar, assim como a escola e a família, visto que ambos são colaboradores do processo educativo.

período? No tocante à minha formação escolar, eu diria que para o contexto educacional da época a escola cumpriu a sua função social. Nesse período, predominava a tendência liberal tecnicista, no âmbito da escola pública, cuja finalidade maior era modelar o comportamento humano, como ressalta Luckesi (1990). Por se tratar de uma escola vinculada a Igreja Assembléia de Deus, em sala de aula era transmitido em sua maneira mais “objetiva” e tradicional, a qual consistia em transmitir os conteúdos escolares e posturas cristãs de comportamento. Essa postura político-metodológico de se evidenciava no direcionamento do ensino em suas várias áreas de aplicação, como por exemplo, em Língua Portuguesa e Matemática, duas disciplinas fundamentais para os anos iniciais da educação básica e por que não dizer de todo o ensino fundamental! Na alfabetização, predominavam os testes de escrita e memorização de palavras, aplicados de forma homogênea para a turma inteira, assim como o soletrar e copiar palavras sem se entender os sentidos representativos. No ensino de Matemática, tínhamos que decorar toda a tabuada, posto que a professora iria perguntar em sala de aula e de forma alternada “quanto é tanto vezes tanto?” Além, é claro, de fazer o mesmo com as operações de adicionar, dividir e subtrair. Em meio a uma escola que operava pelo paradigma do ensino tradicional/tecnicista e utilizava uma dose muito forte de disciplina, na qual a escola e a equipe que a compunham funcionassem desempenhando um papel modelador e vigilante do caráter humano. Parafraseando Foucault, em “Vigiar e Punir” (1987), a escola que frequentei operava com a preocupação de “disciplinar e corrigir” em muitas das práticas contidas em seu currículo, tais como, ficar bem sentado e calado durante a aula. A relação entre escola e sociedade na formação da personalidade humana, já tão bem demonstrada por tantos autores, dentre os quais aqui citados, ressalta a necessidade de se considerar que os objetivos educacionais almejados pela instituição escolar são objetivos e práticas socialmente determinados. Sobre isso, Libâneo (1994, p.18) enfatiza: “[...] a prática educativa, e especialmente os objetivos e conteúdos do ensino e o trabalho docente, estão determinados por fins e exigências sociais, políticas e ideológicas. (...)”. O contato, ao longo de minha formação universitária, com as teorias críticas elaboradas pelos autores aqui citados permite-me hoje compreender melhor as práticas, a didática e o modelo tradicional/tecnicista adotado pela escola pública que frequentei. Compreendo, então, que a maneira como o processo de ensino era conduzido, com suas múltiplas regras, como as cobranças por bom comportamento, com o ensino voltado para uma memória mecânica, posto que priorizava a

repetição dos conteúdos do livro didático, com avaliações guiadas pela obtenção de notas e que funcionavam mais como forma de punição, classificando os estudantes como “bons” e “maus” alunos, criando assim uma hierarquia, era, de fato, planejado para que assim tudo acontecesse. Nessa etapa dos anos iniciais da minha educação básica, lembro-me da minha mãe acompanhar meu boletim e não admitir notas vermelhas e que sempre dizia que “era preciso melhorar na escola” Notas vermelha, algo que meus pais sabiamente consideravam retrocesso, e guardo com carinho essa visão meritocrática que tem me conduzido onde cheguei. Minha mãe sempre foi presente na minha educação, me alfabetizou antes de iniciar na escola e ingressei diretamente no primeiro ano do ensino fundamental, porque meus pais sempre acreditaram que os filhos eram da sua inteira responsabilidade e não do estado, minha mãe sempre quis ter a maior influência sobre minha primeira infância, fato esse que não permitiu que nenhum dos quatro filhos ingressassem na escola antes dos sete anos, meu pai me colocou pra aprender piano aos seis anos e sempre investiu em livros revistas apesar de poucos recursos financeiros primava por investir em nossa formação. Assim era a relação escola-família. Para os meus pais, o ensino não era responsabilidade única dos professores; a mim competia me esforçar para aprender o que era ensinado e ponto. Não me faltou nesse contexto, por parte da minha família, um acompanhamento do meu desempenho intelectual. Também existia muita preocupação com o bom comportamento em sala de aula e se já sabia ler e escrever, interpretar, menos que isso parecia insuficiente para os meus pais. Meu pai sempre foi autônomo, frequentou a escola, e tinha uma formação incompleta em Administração de Empresas, sempre teve uma veia empreendedora, daí talvez meu interesse pela área administrativa da educação. Minha mãe, uma dona de casa sempre o ajudou nos comércios que empreendia, cursou até o ensino médio e só veio a cursar uma faculdade aos cinquenta e cinco anos, sempre leu muito e sempre foi uma pessoa a frente de sua época, acho que vem desta contínua busca pelo conhecimento meu envolvimento acadêmico. Apesar dessa origem social, eu estava nas mãos da escola para aprender e ser alguém na vida, porque meu pai sempre teve uma visão de que mulheres não precisariam trabalhar fora de casa e me dizia claramente que eu não necessitava de conhecimento acadêmico para próprio sustento, porque essa atribuição pertencia aos homens, tanto que me casei aos dezenove anos. Tanto ele como minha mãe sempre primaram pela figura feminina no contexto doméstico, mas, ainda assim, sustentavam que deveria saber me colocar em qualquer ocasião e saber claramente fazer a interpretação de qualquer texto ou situação, fiz música, pintura, bordado, corte costura, mas nunca ninguém sentou comigo pra falar de vestibular, concurso ou qualquer projeção de carreira, porque na concepção deles não era necessário.



A esta altura da minha narrativa, algumas indagações me vêm à mente: o que era, nesse contexto, a aprendizagem em minha vida? Como aprende a ler e a escrever um filho de pais que não tiveram o acesso regular à escola? Como os professores poderiam colaborar para o meu desempenho intelectual e profissional? Como os professores desempenhavam o ato de ensinar perante a sociedade? Afinal, o que era e o que é ser professor da rede pública de ensino? Atualmente, em meio a essas reflexões e conhecendo o papel que um professor deve desempenhar na escola e para a sociedade, entendo que meus professores fizeram o seu papel possível dentro do contexto social e político no qual estavam inseridos. Se poderiam fazer de outra maneira isso não posso afirmar. Para refletir sobre esta questão recorro, mais uma vez, a Libâneo (1994, p. 47):

“O sinal mais indicativo da responsabilidade profissional do professor é seu permanente empenho na instrução e educação dos seus alunos, dirigindo o ensino e as atividades de estudo de modo que estes dominem os conhecimentos básicos e as habilidades, e desenvolvam suas forças, capacidades físicas e intelectuais, tendo em vista equipá-los para enfrentar os desafios da vida prática no trabalho e na vida pela democratização da sociedade.”

Um dos papéis, portanto, segundo o autor, a ser desempenhado pelo professor, é sem dúvida alguma, contribuir para a formação da cidadania na vida do estudante e esse papel tem como um de seus objetivos maior a democratização da sociedade. A formação para a cidadania também é mencionada no primeiro artigo da Lei nº 5.692/71 LDB, que torna claro o papel dos 1º e do 2º graus: “preparação para o trabalho e exercício consciente da cidadania”. Cito esta lei não só pelo fato dela destacar o trabalho e a cidadania como componentes da formação escolar, mas também por ter sido a base para a reforma nos níveis de ensino mencionados. Mas, volto a dizer que a essência do termo cidadania permanece e os professores devem contribuir para que essa venha a provocar mudanças no alunado; por isso retomo os aspectos sobre cidadania, trabalho, democracia e outros temas que envolveram minha vida na educação básica e como a escola tratava tais temas em seu currículo, durante o Ginásio (5ª a 8ª série), na época, ainda ensino fundamental.

## **2.2 - SEGUNDA ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL**

O Ginásio era aguardado com expectativas, tanto por mim quanto pela minha família, pois uma nova fase se iniciaria na minha vida. A adolescência estava chegando, o que significava novas descobertas, tanto no corpo físico quanto no corpo social, e isso incluía mais responsabilidades e mais atenção comigo mesmo e com a minha educação escolar. Era uma etapa de curiosidade e ao mesmo tempo de apreensão frente a escola, visto que tudo ia ser diferente do Primário, começando pelo ensino, que era composto por várias disciplinas e para cada uma delas um professor diferente. Ginásio – segunda etapa do ensino fundamental. O que significou mais uma etapa da educação básica em minha vida? Nessa etapa, para Libâneo (1994), a escola deve proporcionar a cada um uma formação cultural e científica, pois os conteúdos ministrados devem contribuir para que os alunos, por si mesmos, possam compreender o mundo em que vivem. Aqui faço a seguinte pergunta: a escola tem conseguido promover por meio dos conhecimentos/conteúdos que oferece aos seus estudantes uma cidadania consciente e participativa? Vou refletir sobre isto com base no meu passado. Aqui relembro, para início do relato, que sempre tive facilidade em Matemática e Língua Portuguesa, duas disciplinas obrigatórias e fundamentais na vida de qualquer aluno. A primeira diz respeito aos números no nosso cotidiano, por dependermos dos mesmos para nos relacionarmos com diversas atividades da vida diária como, por exemplo, o dinheiro e seus valores, ou seja, seus números, números que incluem a compra e venda de objetos e tantas outras operações práticas ilustrativas da importância da Matemática no nosso viver. Aprendê-la, dominá-la bem durante os anos do Ensino Fundamental significa êxito no percurso escolar e essa minha identificação também se fez presente na escolha do atual tema desta monografia *“Análise e estudos do impacto dos programas federais que promovem a transferência de recursos...”*, e em toda a minha trajetória profissional, sempre trabalhei em empresas em departamentos relacionados a dinheiro e gestão. A segunda disciplina, Língua Portuguesa, é igualmente de fundamental importância para a vida de qualquer um de nós. Mesmo antes de nos depararmos com os primeiros anos da educação formal, já vivenciamos o uso da língua em vários ambientes e situações, a começar em casa com os nossos pais, os tios, tias, avôs, avós, pessoas da rua onde moramos etc. Ao chegarmos à escola é papel dos professores fazer com que tenhamos um contato mais aprofundado e real em nossas vidas com o idioma materno, para que possamos entender melhor a realidade histórico social na qual estamos inseridos. Não posso deixar de relatar o papel marcante da professora Nilza desta disciplina no meu “ginásio”, lembro ainda do seu empenho e didática nesta fase da minha vida. Embora

eu tenha enfatizado nos parágrafos anteriores a importância do ensino de Língua Portuguesa e Matemática em nossas vidas, não tenho a intenção de limitar o aprendizado a essas duas disciplinas. Eu poderia falar mais, muito mais, sobre o Ginásio e todo o ensino fundamental, para dizer como foi meu percurso formativo na escola e de como esse percurso agiu em minha vida, tornando-me um cidadão “disciplinado e obediente”, ao longo da adolescência e juventude, e preparado para viver em sociedade. Mas, considero ter relatado o essencial, retomo, todavia, a reflexão sobre a didática e os métodos de ensino. O que não me deixa esquecê-la é que o processo de ensino-aprendizagem iniciava com o professor e não permanecia nela, havendo a participação da turma, a construção coletiva, a reflexão coletiva, o pensar, dialogar, construir e avaliar os conteúdos ministrados. Ora, aprendi, no percurso da formação universitária que, ao se falar sobre os conteúdos de ensino, algo mais deve estar envolvido na hora em que o docente se posiciona à frente de uma turma. O professor não vai apenas escrever na lousa e dizer o que seus alunos precisam aprender para obter uma boa nota na prova e passar no final do ano. Não! Acima de tudo, o professor precisa entender que os conteúdos, além de fazerem parte de sua prática docente, também fazem parte de sua vida social e política.

“Conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida. Englobam, portanto: conceitos, ideias, fatos, processos, princípios, leis científicas, regras; habilidades cognitivas, modos de atividades, métodos de compreensão e aplicação, hábitos de estudo, de trabalho e de convivência social; valores, convicções, atitudes. São expressos nos programas oficiais, nos livros didáticos, nos planos de ensino e de aulas, nas atitudes e convicções do professor, nos exercícios, nos métodos e formas de organização do ensino”. (LIBANEO, 1994, p.128).

Diante do exposto, fica claro que o processo de ensino ocorrido na minha vida, durante todo o ensino fundamental, foi apenas instrução sem a devida assimilação/compreensão do conhecimento.

O que significa dizer que os conteúdos serviram apenas para os momentos da sala de aula e diante do professor. Este, por sua vez, tinha como responsabilidade contribuir para o meu processo de formação escolar e cidadã. Com esses apoios teóricos, entendo melhor que o ensino público que tive foi de boa qualidade, se comparado com o ensino privado da mesma época. Marcou também nesta fase minha passagem pela feira de ciências foi uma oportunidade ímpar de sonhar como cidadã as inúmeras oportunidades que a vida acadêmica poderia proporcionar, o reconhecimento do mérito classificatório, apesar de estudar em uma escola pública foi de suma importância para minha formação de percepção de mundo. Como autorreflexão, concluo que a escolarização básica vivenciada por mim durante os oito anos do ensino fundamental foi uma escolarização voltada à conscientização para a cidadania enquanto prática política de perceber e agir no mundo, mas de incorporação e reprodução do que estava nos livros didáticos ao estabelecer as devidas relações com a vida e com o mundo. Diante disso, surgem outras questões: quais as contribuições da escola para a sociedade? Qual a relação do ensino praticado pela escola e a sua importância na formação cidadã? Passar oito anos na escola é preparação para quê, além da escolarização? Não vou responder a todas essas questões, mas de forma bastante direta, entendo que o ensino fundamental é uma etapa importante na vida de qualquer estudante porquanto pode possibilitar o exercício de suas capacidades cognitivas e habilidades intelectuais, as quais funcionarão como pré-requisito para continuar avançando nas demais etapas da educação básica, no meu caso, o ensino médio, sobre o qual falarei na próxima seção.

### **3- ENSINO MÉDIO: PREPARAÇÃO PARA QUÊ?**

Terminei o ensino fundamental em 1998, com quinze anos, com alguma desvantagem de escolarização, porque no ano de 1996 no auge de minha adolescência meu pai me tirou um ano da escola, o meu desenvolvimento físico nessa fase o deixou inseguro e acreditava que poderia escolher algum caminho errado, com a ajuda da minha mãe e depois de protestar durante um ano voltei ao oitavo ano em 1997. No último ano do ensino fundamental, costumava ouvir de muitas pessoas que o segundo grau (hoje ensino médio), era “um estudo de valor”, e que passar por essa etapa da educação básica era “terminar os estudos”, “estar formado”, “preparado para trabalhar”. Ter o diploma do segundo grau era, por conseguinte, algo muito importante, “era uma questão de honra”. Essas afirmações a respeito do ensino médio somente evidenciavam a crença do senso comum na força redentora da educação.

Assim era o ensino médio, um ensino que se tornou, com o passar do tempo, em sinônimo de garantia de um emprego/de uma profissão (formação técnica) no Brasil. Tudo isso foi fruto de um contexto histórico, social e político vivenciado pela sociedade brasileira. A citação abaixo torna mais claro o que estou tentando dizer. Tais discursos e expectativas sobre o referido ensino foram frutos da Lei nº 5.692/71. A esse respeito ressalta Pinto (2007, p.50): Contudo, a mais radical mudança implantada por esta lei no ensino médio foi a profissionalização compulsória. Assim, pela lei, todas as escolas de segundo grau deveriam assegurar uma qualificação profissional, fosse de nível técnico (quatro anos de duração), fosse de auxiliar técnico (três anos de duração). Além de preparar para o mercado de trabalho, o ensino médio ganhou um caráter de formação completa. Como assim? Eu ouvia muito se falar que “fulano tinha o diploma de 2º de grau”, “fulano era formado”, portanto, esses “fulanos” eram cidadãos, pessoas inteligentes porque tinham “terminado” os estudos e de alguma maneira estavam preparados para a vida e o mercado de trabalho. Estou me referindo às vozes e as falas que ouvi e ao contexto que vivi. A escola na qual me formei era, na época, fruto de uma produção político-ideológico que, de maneira bastante sutil, tornava o ensino público mera formalidade sem qualidade, como diz Libâneo (1994). Para ser mais claro, o ano de 1998, ano em que iniciei o ensino médio. Mas por que mencionar o ano? O que tem a ver? Bom, é para destacar que um ano antes tivemos aquilo que é considerado um marco para história da educação brasileira, a aprovação da LDB de 1996, que estabeleceu a exigência da melhoria da qualidade no ensino público, enfatizando o que dizia a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208, inciso II, sobre a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”. Em 1997 eu não sabia e ninguém tampouco falava sobre o real sentido do segundo grau para minha vida. Somente depois, quando tive acesso à LDB/96 pude saber que visa ao: “[...] aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (Art. 35 inciso III). Esta citação é bastante rica porque mostra um dos importantes objetivos do ensino médio e destaca a construção do pensamento crítico sobre a realidade e a vida. Esse destaque dado ao pensamento crítico é algo que chama minha atenção, por isso, a partir dessa ideia, vou refletir sobre como foi a proposta do ensino médio que cursei e o sentido quanto a tornar-me um sujeito crítico, já que, ao “tornar-me crítico”, isso seria um pré-requisito, um bom sinal para trilhar o ensino superior. Ser crítico, criticar algo ou alguém é muitas vezes entendido como sendo uma atitude de apenas apontar os erros dos outros e as falhas das coisas que nos rodeiam sem antes refletir porque as coisas acontecem.

Esse pensamento geral e errôneo fazia parte da minha vida e das pessoas com as quais me relacionava. Contudo, por meio da escola, um outro modo pensar deveria ser construído. O ensino médio era entendido como uma ponte que ia me preparar para o ensino superior, um ensino capaz de despertar em mim uma compreensão mais abrangente de como funciona a sociedade e suas transformações ao longo dos tempos.

Com a conclusão do ensino médio, eu deveria me tornar um cidadão crítico e capacitado para a vida, para o trabalho e continuar prosseguindo nos estudos. A palavra “preparar”, como disse acima, carrega um sentido muito forte por ser sinônimo de tornar algo ou alguém pronto. Não por acaso, o título desta seção é “Ensino Médio: preparação para quê?” Isto porque concluí, essa preparação foi, na verdade, uma não preparação. Para que o ensino médio me preparasse ou me capacitasse como de fato deveria ser, conforme os artigos 35 e 36 da LDB de 1996, a escola e seus profissionais deveriam, antes de qualquer coisa, entender que o ensino médio só seria exitoso, se, antes, todo o ensino fundamental fosse levado em consideração, desde suas séries iniciais, como um processo de construção de conhecimentos que iria, após seus oito/nove anos de duração, somar-se ao ensino médio, não em quantidade (número) de anos, mas em qualidade de aprendizagem.

Ao insistir na crítica à instituição escolar, desde o ensino fundamental, quero enfatizar que a escola pública que estudei pouco contribuiu com o que lhe é de inteira responsabilidade, enquanto instituição social a serviço do desenvolvimento integral humano.

Essa instituição, como diz Libâneo (1994), tem como meta continuar estimulando, incentivado, preparando seus alunos ao longo de todo ensino fundamental e isso não aconteceu comigo, assim como não aconteceu com tantos outros. Senti uma enorme diferença nesta etapa de vida razão essa que se deveu a dois fatores que considero importantes, primeiro que com a separação dos meus pais saí do estado do Mato Grosso e viemos para o Estado de São Paulo, a diferença que senti na qualidade do ensino foi enorme, no Mato Grosso na época em questão o ensino era anos luz à frente, também a necessidade de ingressar no mercado de trabalho neste período me possibilitou somente o ingresso no ensino noturno. Os alunos em geral já estavam cansados por conta da jornada dupla de trabalho e escola. Por conseguinte e na sequência, o ensino médio não poderia ser o lócus de preparação para o desenvolvimento do pensamento crítico, como aponta a figura abaixo do ideal segundo Libâneo (1994, p. 47).



IMAGEM, de Libâneo Disponível em:

<http://sociedadealinguagem.blogspot.com.br/2010/09/culpa-das-professoras-nao-e-culpa-dos.html>.

Outra razão básica para que o ensino médio não me preparasse para o trabalho, a cidadania e o pensamento crítico sempre esteve no fato de o mesmo utilizar as mesmas estratégias de ensino exaustivamente repetidas ao longo do ensino fundamental: processo de ensino centrado no professor, copiar o que estava na lousa, aula expositiva sem espaço para discussões e reflexões coletivas, realização de exercícios e provas com base nas “decorebas” (termo popularizado para nomear a simples memorização dos conteúdos), pois o que valia era saber responder às questões de cada prova e, por fim, uma avaliação do ensino meramente classificatória, porque centrada apenas na boa nota. Assim, nesse contexto, não havia espaço para a construção do pensamento crítico, nem tão pouco o exercício do mesmo. Se não existia, por parte dos professores, uma didática que estimulasse a construção do pensamento crítico, o que de fato restaria para a vida do aluno? Apenas a crença de que, ao terminar essa etapa da educação básica, iríamos ter em mãos um certificado e mais chances para conseguir um emprego do que aqueles que não haviam chegado até ali. No mais, pude igualmente entender, na prática, as implicações do não trabalho e da não cidadania. O que significa isso? Significa não ter preparação/capacitação intelectual suficiente para ocupar determinados espaços no mercado de trabalho. Mas por quê? Porque não houve cidadania plena para isso. Nesta fase pesou as diferenças sociais; enquanto alguns se preparavam para o vestibular e carreira eu já estava inserida em um mercado de trabalho que exigia pouca qualificação e remuneração equivalente ao despreparo, e mais uma vez o ideal apresentado por Paulo Freire na reflexão do que deveria ser a escola no quadro abaixo, se apresentou como uma utopia acadêmica na minha realidade.



FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

#### 4 - A FORMAÇÃO ACADÊMICA TORNA O ESTUDANTE CRÍTICO E REFLEXIVO OU O QUE INTERESSA NESTA JORNADA É UM DIPLOMA?

Escrever as memórias da minha trajetória educacional neste trabalho de conclusão de curso tem sido bastante desafiador, pois ao relatar fatos que envolveram a minha educação, seja ela no ambiente formal de ensino (escola), ou no ambiente informal (como a família, por exemplo), muitas situações precisam ser levadas em consideração, já que escrever não é apenas digitar letras, mas um ato de produzir sentidos para inúmeras coisas e situações. Por esta razão, esta seção é uma das partes que considero mais difíceis, embora ao mesmo tempo mais estimulantes. Em primeiro lugar, por ser um relato onde os fatos e as observações a serem apresentados resultam de eventos ainda bem vivos na minha memória, pelo simples fato de terem acontecido apenas nos últimos dez anos, segundo, porque vou falar do meu processo de formação ocorrido duas vezes em uma instituição de ensino bem conceituada tanto no nordeste quanto no Brasil, a Universidade Federal de Uberlândia, o que me proporciona um sentimento de superação e realização enorme. Ingressar em uma universidade pública como a UFU para muitos pode ser encarado como mais uma etapa da educação escolar. Isso para quem teve ao longo de sua educação básica uma “educação de qualidade”. Tal raciocínio pode ser aplicado aos alunos da rede privada de ensino, por exemplo.



No meu caso, não posso dizer o mesmo, pois conquistar tal façanha não foi fácil, isso pelo simples fato de que o ensino médio que cursei não ter sido o suficiente para me preparar para esse universo de saberes, a universidade; também porquê na fase em que conclui o ensino médio, uma universidade estava fora de cogitação para o nosso orçamento familiar, também no ano seguinte me casei e meu salário era indispensável para a manutenção do nosso orçamento. Mas, como diz o ditado, “a vida ensina”. Passei por um processo de causas, coisas e acontecimentos, que são as realidades cotidianas vividas, e em muitas dessas situações me vi compelido a não parar de estudar porque o mundo exige que as pessoas, cada vez mais, estudem, qualifiquem-se, atualizem-se. Com o passar do tempo, entendi que estudar qualificar-se e atualizar-se era uma exigência social, pois estamos na sociedade dos certificados, dos diplomas, dos títulos. A primeira oportunidade que surgiu de um curso superior foi Administração Pública pela UFU/MG, meu segundo filho tinha trinta dias quando prestei vestibular, foram quatro anos de superação em todas as áreas possíveis, não tinha computador, não sabia nem enviar um e-mail, ficava até de madrugada assistindo aulas de como usar o computador no YouTube, mas me acrescentou demais em realização e autoestima. Só reforçou minha certeza de que minha trilha profissional seria na administração pública seja de ensino ou não. Neste mesmo período surgiu também a oportunidade de convalidar um curso médio que fiz em Teologia e transformá-lo em um superior. Desde que tinha quatorze anos já dava aula de piano, e aulas de ensino religioso na igreja em que frequentava, com o passar dos anos passei a ensinar jovens e adolescentes então o sentimento de que o conhecimento que tinha era limitado me motivou a se reciclar mais para tal tarefa, daí então meu primeiro contato com a Pedagogia. A “escolha” por Pedagogia se deu por uma série de fatores que considero coercitivos, dentre esses o fato de ser mãe e querer passar mais tempo com os próprios filhos, vi na pedagogia uma alternativa de ficar meio período em casa e também o fato de já amar as crianças na vida religiosa. Nesta trajetória acadêmica também pesaram o imaginário social, que é permeado pelo discurso da exigência do nível superior, da obrigação de “fazer uma faculdade”, “ser formado”, “ter um diploma superior” etc., porque, atualmente, o 2º grau “já não serve mais pra quase nada”; outro fato esteve relacionado com o número de vagas ofertadas e, por fim, o mercado de trabalho.

Quando penso em falar sobre a minha formação no curso de Pedagogia da UFU, muitas coisas me vêm à mente como, por exemplo, o cuidado quanto a fazer o uso adequado das palavras na hora de expressar, expor, relatar, descrever, a palavra formação pode se relacionar

a várias outras e a muitos termos do mesmo universo semântico. Sendo assim, posso associar formação à: inteligência, capacidade, conhecimento, certificados, diploma etc. O que me permite pensar que ser formado, ou graduado como dizem, em determinada instituição significa ter alguma garantia na vida e na sociedade por portar determinado certificado/diploma socialmente reconhecido. Esta ideia sempre me guiou e com mais força ainda durante o processo da graduação. A gestão ainda anda atrelada a minha meta profissional seja na área da educação ou fora dela, o que me leva ao lugar profissional onde me encontro hoje cursando uma pós-graduação simultaneamente em Direito Constitucional Aplicado com o foco em concursos públicos que pontuam esse tipo de graduação. Acredito que ter o chamado “canudo”/certificado de nível superior facilita a abertura de outras portas, como por exemplo prestar concurso público onde a graduação seja um trunfo. Este é o espírito da sociedade contemporânea: ter um diploma para poder competir, afirmar-se, realizar-se.

## **5 - MINHA TRAJETÓRIA E SUA CORRELAÇÃO COM A ANÁLISE E ESTUDOS DO IMPACTO DOS PROGRAMAS FEDERAIS QUE PROMOVEM A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA OS MUNICÍPIOS, ESPECIFICAMENTE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, O PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR E PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA”**

Agora, passo a abordar o que considero mais importante no meu relato. Diante de tudo quanto foi exposto, considero necessário fazer as seguintes perguntas: Como se dá o processo formativo de alguém que chega à universidade com uma formação crítica que o ensino médio não lhe proporcionou? Como posso me tornar crítico-reflexivo, durante a formação que o curso de Pedagogia ? Como minha caminhada me influenciou a se tornar o que sou hoje? Aspectos como leitura e escrita, me ajudaram muito durante as graduações. Todo o processo acima descrito neste memorial me motivaram a escrever sobre o tema desta monografia, me aproximam cada vez mais do mesmo por conta de seu caráter social, transformador e até utópico de ver e fazer o mundo.

*A Análise e estudos do impacto dos programas federais que promovem a transferência de recursos para os municípios, especificamente o Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE), o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) se vincula em minha história porque para realizar suas políticas no*

campo social e, no caso específico, na área da educação, o Estado disponibiliza recursos financeiros para manutenção e desenvolvimento do sistema educacional nos níveis federal, estadual e municipal e como chegam os recursos à sua região e ao seu município, para que crianças, jovens e adultos possam ter acesso à educação. Como gestora pública e estudante de pedagogia foi possível refletir sobre o tema:

**5.1- Recursos financeiros para a educação-** A Constituição federal de 1988, que ficou conhecida como Constituição Cidadã, restabeleceu importantes direitos aos cidadãos brasileiros, após o 1964, e proclamou a educação como direito de todos. Para garantir essa prerrogativa, a Constituição determinou que o poder público aplicasse uma parcela de impostos na educação. Essa garantia de recursos faz com que cerca de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) seja investido na educação pública em nosso País. Nos encontros internacionais, convencionou-se aplicar na educação minimamente 6% do PIB, mas nada foi homologado oficialmente. A nossa legislação também não determina quanto o poder público deve aplicar do seu PIB. No processo de votação do Plano Nacional de Educação 2001-2010 (Lei no 10.172), havia uma meta, que foi VETADA, de alcançar, em quatro anos, o investimento de 7% do PIB para a educação pública. Por exemplo, os 30 países mais industrializados do mundo, que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), investem, em média, 5,9% do PIB. Outros países, como Dinamarca, Israel, Islândia e Estados Unidos investem ainda mais, cerca de 7%. Em 2016, o investimento em educação básica no Brasil foi da ordem de 5,3% do PIB enquanto a média OCDE é de 3,7%. O Ministério da Educação tem feito uma campanha defendendo o aumento dos gastos do Brasil com o setor educacional para 6% do Produto Interno Bruto (PIB) por ano. Mas não vamos nos prender à questão da porcentagem que é investida, e sim lembrar que, para financiar os gastos com a educação, a Constituição garante recursos de 18% da receita de impostos arrecadados pela União e 25% dos impostos e transferências dos outros entes federados, conforme o texto constitucional: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito e os estados, o Distrito Federal e os municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.” (Constituição Federal, art. 212 ).

Veja, a seguir, três aspectos importantes relacionados ao financiamento da educação:

1. A vinculação de um percentual da receita proveniente de impostos e transferências constitucionais a ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.

2. O repasse dos recursos vinculados aos órgãos da educação – antes, os impostos e transferências entravam numa “conta única” da União, dos estados ou dos municípios, o que facilitava o uso do dinheiro da educação para outras atividades. A partir da LDB, o dinheiro destinado à educação deve ser depositado em uma conta específica. Assim, o controle sobre seu uso e destino fica mais fácil.

3. A definição de um “mínimo” a ser aplicado diretamente no ensino.

**5.2- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

Creches: R\$ 1,07,

Pré-escola: R\$ 0,53

Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64

Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36

Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32

Ensino integral: R\$ 1,07

Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00

Alunos em Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

São atendidos pelo programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público). Vale destacar que o orçamento do PNAE beneficia milhões de estudantes brasileiros, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal.

A escola beneficiária precisa estar cadastrada no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). As escolas filantrópicas, comunitárias e confessionais, sem fins lucrativos, que atendam aos critérios estabelecidos na Resolução FNDE nº 26/2013, são consideradas integrantes da rede pública de ensino.

É importante observar que o cardápio escolar deve ser elaborado por nutricionista, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, atendendo as necessidades nutricionais específicas, conforme percentuais mínimos estabelecidos no artigo 14 da Resolução nº 26/2013.

Do ponto de vista operacional, participam do PNAE: Governo Federal, por meio do FNDE – Responsável pela definição das regras do programa. É aqui que se inicia o processo de financiamento e execução da alimentação escolar.

Entidades Executoras (EEx) – Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as escolas federais, que se responsabilizam pelo desenvolvimento de todas as condições para que o PNAE seja executado de acordo com o que a legislação determina.

Unidade Executora (UEx) – Sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à escola, sem fins lucrativos, que pode ser instituída por iniciativa da escola, da comunidade ou de ambas. As Unidades Executoras podem ser chamadas de “Caixa Escolar”, “Associação de Pais e Mestres”, “Círculo de Pais e Mestres” ou “Unidade Executora”. Representam a comunidade educativa.

Conselho de Alimentação Escolar – Responsável pelo controle social do PNAE, isto é, por acompanhar a aquisição dos produtos, a qualidade da alimentação ofertada aos alunos, as condições higiênico-sanitárias em que os alimentos são armazenados, preparados e servidos, a distribuição e o consumo, a execução financeira e a tarefa de avaliação da prestação de contas das EEx e emissão do Parecer Conclusivo.

**5.3- O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE)** consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção,

seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar. Se destina aos alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais que utilizam transporte escolar. Os valores transferidos diretamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios são feitos em dez parcelas anuais, de fevereiro a novembro. O cálculo do montante de recursos financeiros destinados anualmente aos entes federados é baseado no censo escolar do ano anterior X per capita definido e disponibilizado na página do FNDE para consulta.

Os estados podem autorizar o FNDE a efetuar o repasse do valor correspondente aos alunos da rede estadual diretamente aos respectivos municípios. Para isso, é necessário formalizar a autorização por meio de ofício ao órgão. Caso não o façam, terão de executar diretamente os recursos recebidos, ficando impedidos de fazer transferências futuras aos entes municipais.

O programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere.

**5.4 - Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)** tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com conseqüente elevação do desempenho escolar. Também visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar. Conforme Resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 2018, os repasses dos recursos dar-se-ão em duas parcelas anuais, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetivado até 30 de abril e o da segunda parcela até 30 de setembro de cada exercício às EEx, UEx e EM que cumprirem as exigências de atualização cadastral até a data de efetivação dos pagamentos. O programa engloba várias ações que possuem finalidades e públicos-alvo específicos, embora a transferência e gestão dos recursos sigam os mesmos moldes operacionais do PDDE.

As Ações Agregadas estão agrupadas em diferentes tipos de contas da seguinte forma: Eixo, Ação Agregada, Pdde Qualidade, Emergencial, Educação Conectada, Novo Ensino Médio, Pdde Estrutura, Água E Esgotamento Sanitário e Escola Acessível.

O PDDE destina-se às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica. As escolas e os alunos da rede pública e privada de educação especial precisam estar inscritos no Censo Escolar do ano anterior e a lista de alunos dos polos da UAB deve ser informada ao FNDE pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes). As escolas públicas com mais de 50 alunos matriculados devem criar suas UEx e aderir ao programa por meio do Sistema PDDEweb (<https://www.fnde.gov.br/pdde>).

O regime de parceria para a descentralização de recursos às escolas envolve tanto as secretarias do MEC na implementação de suas atividades e projetos, quanto os governos estaduais, distrital e municipais e, ainda, as entidades mantenedoras das escolas de educação especial. O PDDE é regido pela Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, e por resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

#### **5.5- CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

De acordo com a lei orgânica da saúde (Lei ° 8.080/90), a alimentação, o saneamento básico, a educação e o acesso aos bens e serviços essenciais, entre outros, são fatores determinantes e condicionantes de saúde (BRASIL, 1990). A sociedade, organizada em Estado, tem obrigação de elaborar e implantar políticas, programas e ações que promovam a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que possibilitem que todos os cidadãos tenham acesso regular à alimentação segura, saudável, balanceada, diversificada e equilibrada (VALENTE, 2002b). Neste sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como um de seus objetivos a contribuição para aquisição de hábitos e práticas alimentares saudáveis por parte dos educandos (BRASIL, 2009). A alimentação vem sendo de suma importância para a promoção da saúde, além de capaz de auxiliar na prevenção de doenças crônico-degenerativas (MAHAN, SCOTT-STUMP, 2010; BRASIL, 2006a), como será visto a seguir. Por isso, faz-se necessário que os objetivos deste Programa saiam do papel e sejam sentidos no dia a dia dos alunos.

No cenário nacional das políticas públicas vale salientar aquelas voltadas para a área de educação e saúde. De acordo com a Constituição Federal (1988) é resguardado a todos o acesso à educação e saúde. Especificamente a Lei nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação em âmbito nacional a fim de garantir acesso igualitário a todos os seus cidadãos. Na questão da saúde as políticas voltas são direcionadas a diversos programas de cunho social, desde a atenção básica até a questão alimentar, envolvendo toda sociedade brasileira. Dentro dessa ideia de que o Estado venha a proporcionar tais benefícios, os vários programas sociais implantados e atualmente existentes no país, merece destaque o PNAE - Plano Nacional de Alimentação Escolar. De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o PNAE é um programa com a finalidade de contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar nutricional . O PNAE é um programa governamental que devido a sua importância vai além do campo educacional. É uma questão também social e tem por objetivo atender segundo os princípios da equidade, valorização da pluralidade, da igualdade de condições de acesso e permanência do educando na escola. Por esta razão a gestão destes recursos públicos deve ser uma gestão responsável para o melhor desenvolvimento do programa e que o mesmo possa cumprir a finalidade a que se destina. Os recursos financeiros do programa são provenientes do Tesouro Nacional e assegurados através do orçamento da União. O FNDE realiza a transferência financeira sem a necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato mediante depósito em conta corrente (Lei nº 11.947/2009). Para o cálculo do montante a ser destinado aos entes, O valor total repassado é resultado proveniente da multiplicação do número de alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal, em conformidade com o censo escolar do ano anterior ao do atendimento, pelo valor por aluno e pelo número de dias letivos . Como Gestora Pública e futura Pedagoga acredito que a fiscalização e o gerenciamento dos recursos financeiros são enormes diante da importância do programa para o desenvolvimento da educação bem como a gestão responsável na alocação de recursos financeiros, se faz necessário um estudo de avaliação dos benefícios desses recursos oriundos do poder público, com a finalidade de verificar se realmente os valores aplicados incidem na melhoria significativa de parâmetros a serem discutidos no presente trabalho. Por se tratar de um programa de governo com mais de meio século de existência e com grande volume de recursos envolvidos, o PNAE acaba por se tornar uma ação de governo que merece destaque e possui relevância em âmbito local, principalmente nas populações diretamente beneficiadas.



Analisando a ótica sobre diversos parâmetros como evasão escolar; melhoria na qualidade do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH; melhoria no âmbito nutricional proporcionando mais saúde e melhor qualidade de vida para os alunos beneficiados; desempenho e rendimento escolar; melhoria na qualidade do ensino; entre outros fatores que são possíveis estudá-los através do gerenciamento eficaz na aplicação do recurso financeiro. Através das metas estabelecidas, sendo elas cumpridas ou não, se pode mostrar os benefícios do programa quando valores monetários são aplicados de maneira correta e através das prestações de contas e dados provenientes de relatórios atestarem como ocorre o programa financeiramente.

Encerrando o presente trabalho, acredito que novos estudos que possam relacionar a aplicação dos recursos financeiros do PNAE, PNATE E PDDE a outros indicadores educacionais e sociais podem ser muito proveitosos ao país. Como também abranger a regiões específicas diante da relevância do programa para a educação brasileira, pela aplicação adequada de recursos.

Falar sobre a minha trajetória escolar neste memorial foi bastante significativo, pois me permitiu fazer uma reflexão não só sobre a minha educação formal e o percurso formativo vivenciado no sistema educacional como um todo, mas também foi um momento de encarar a vida e as oportunidades que ela oferece como oportunidade de aprendizagem e crescimento da minha condição humana.

Ao relatar como foi a história da minha educação básica na rede pública de ensino tive a oportunidade de refletir um pouco do por que a educação pública não se mostrou preparada para me oferecer um ensino de qualidade e eficiência na minha formação cidadã.

Para de fato concluir este memorial, deixo para mim mesmo a indagação: enquanto ser que faz parte de uma cultura que alimenta cada vez mais o diploma enquanto sinônimo de status, ao invés de conhecimento/sabedoria, fico a refletir sobre como será a minha vida de profissional da educação e que valor terá o diploma universitário nesse novo percurso?

## 6- REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 10 ed. São Paulo: Graal, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In. **Escritos de educação**/ Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de Agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Grau, e dá outras providências.
- BRASIL. LDB. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Câmara dos deputados, edições câmara, 2014.
- BRASIL. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**./ Ministério da educação, Secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, 2005.
- CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- DOMINGOS, Moisés Sobrinho. Representações Sociais como obstáculos simbólicos à incorporação do Hábitus Científico. Ariús, Revista de ciências humanas e artes. Campina Grande, v. 16 n. 1/2, p. 31- 48, jan. /dez. 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

PINTO, José Marcelino. **O ensino médio**. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Org.). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na constituição Federal e na LDB. 2. Ed. Ver. e Ampl. São Paulo: Xamã, 2007. (Coleção Legislação e política educacional; v.2).

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>  
*disponível em 08/11/2021*

<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae> *disponível em 08/11/2021*

<https://www.fnde.gov.br/programas/pnate> *disponível em 08/11/2021*

[https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/41331/2/IsacSP\\_Monografia.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/41331/2/IsacSP_Monografia.pdf)